

PROGRAMA DE GOVERNO

Partido Socialismo e Liberdade
Gravataí



PREFEITA
**TAMIRES
PAVEGLIO** 
VICE: GORDO ALAN

Setembro
2020

Nem o passado como foi, nem o presente como está!

Pelo mundo, o sentimento de indignação e contrariedade com os rumos para os quais nossa sociedade se encaminha, seja no âmbito econômico, político e social, já encontra eco nos mais diversos espaços. A repulsa contra este “establishment” é algo recorrente para todos os lados que direcionamos nossa atenção. Crises se agravam e o povo, cada vez mais, enfrenta dificuldades e adversidades que só crescem no decorrer deste processo. A crise econômica, social e política gerada por: o ultraliberalismo de Guedes, o protofascismo de Bolsonaro e a pandemia aprofundaram ainda mais as desigualdades e as dificuldades do povo, que durante todo esse processo não tiveram garantia de emprego, renda ou saúde.

Os supostos representantes políticos, que deveriam zelar e trabalhar no sentido de melhorar a vida das pessoas em meio a esse caos instaurado por um sistema excludente e desigual, pouco ou nada fizeram.

Em Gravataí, a história não se apresenta de forma distinta: famílias desassistidas, educação e saúde não sendo vistas como prioridade, a cultura esquecida e uma cidade suja, excludente e mal administrada por um prefeito que passou toda sua administração escondido e agora, nos meses pré-eleição, o MDB maquia uma Gravataí para capitalizar votos no processo eleitoral.

Esta realidade só reafirma nosso posicionamento: a política tradicional e o sistema da forma como ele é engendrado tem o único intuito de assegurar o privilégio daqueles que estão no poder ou aliados a ele. Enquanto isso, a grande maioria da população fica à margem das decisões políticas. Uma realidade injusta que reproduz a desigualdade e assegura interesses escusos para aqueles que controlam esse sistema.

Atropelados por esta realidade estão as pessoas, vivendo da forma como podem, com salários desvalorizados, direitos básicos sendo entregues como migalhas, educação e saúde relegados a segundo plano, transporte público caro e de péssima qualidade e a luta diária de sobreviver em meio a este turbulento cenário.

É preciso mudar. É preciso transformar. É preciso ocupar a cidade. Ela é nossa, das pessoas. Cansamos dessa realidade onde nossas vidas são geridas como se fosse um grande balcão de negócios. É preciso ter coragem e ousar, trazer para a praça pública as decisões acerca de nosso futuro e construir, com participação e cidadania, uma Gravataí dos gravataienses.

É preciso derrotar o conservadorismo reacionário. A política serve para dar sentido à vida das pessoas e transformar a realidade que nos cerca. Precisamos construir um novo caminho que represente a luta e as ânsias de todos e é a isso que nos comprometemos: queremos e vamos buscar a transformação da realidade que nos cerca, pois construir uma nova Gravataí, melhor, mais humana, mais justa e, principalmente, mais democrática não só é possível, como é essencial.

Gravataí precisa disso, nossa cidade anseia por ares renovados. Políticas públicas pensadas com intensa participação da sociedade, a partir das necessidades de cada região, de cada escola, de cada associação de bairro, das necessidades dos jovens, dos negros, da população LGBTQI+, das PCDs, das mulheres, dos trabalhadores e trabalhadoras.

Reafirmamos: é preciso ocupar a cidade por mais direitos. Isso só ocorrerá se as pessoas, os movimentos sociais e as organizações populares unirem-se para derrubar as barreiras da burocracia e da arrogância que distanciam o cidadão comum dos governos eleitos. A cidade precisa ser nossa: das pessoas. É preciso destruir as paredes que impedem a efetiva participação de todos nas decisões da administração pública.

Enquanto os políticos tradicionais querem a participação popular apenas na hora do voto, nós queremos inverter essa lógica. As urnas não devem ser o fim do processo. É preciso construir em Gravataí a democracia real, aquela capaz

de fazer o enfrentamento a essa realidade tão comum em nossa cidade que é a política do interesse, da negociata e do balcão de negócios.

É este o desafio: construir uma Gravataí melhor, mais justa, mais humana, mais igual e, principalmente, mais democrática e com o povo decidindo seu futuro. As eleições municipais colocam, mais uma vez, o debate sobre a urgência de mudanças estruturais na nossa cidade. Mas estas mudanças só poderão se realizar através de um processo que produza um governo popular conquistado e construído a partir de baixo. É preciso mobilizar a cidadania para construir seu projeto independente de vida.

O que apresentamos neste documento é fruto de estudo e de uma apaixonada vivência da nossa cidade. Dedicamo-nos à construção deste programa de governo, pensando em prol da nossa cidade e das pessoas que aqui vivem. O processo, concebido no seio da ideia de radicalização da democracia, segue aberto e o programa mantém-se em permanente construção, contando com todos aqueles dispostos a construir conosco esta Gravataí realmente de todos e plural.

É tempo de coragem! Pela urgência do momento tomando o presente em nossas mãos, construiremos um futuro soberano, radicalmente diferente. Reafirmamos, nem o passado como foi, nem o presente como está! Juntos, com a população decidindo seu futuro, temos a plena certeza que é possível sim mudar essa cidade para melhor. Pois não serei eu, seremos nós, todos, juntos.

Tamires Paveglio

ÍNDICE

1. GOVERNO POPULAR. GOVERNO DO POVO	5
2. REVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	7
3. FIM DOS PRIVILÉGIOS NA GESTÃO MUNICIPAL	9
4. FINANÇAS MUNICIPAIS	11
5. ECONOMIA E DIREITO AO TRABALHO	12
5.1. PLANO EMERGENCIAL CONTRA OS EFEITOS DA PANDEMIA	14
6. ESPORTE, LAZER E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	15
7. EDUCAÇÃO EMANCIPADORA	17
8. CULTURA POPULAR E ALTERNATIVA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE	20
9. GRAVATAÍ MAIS SEGURA	22
10. GRAVATAÍ QUE RESPEITE TODOS OS CORPOS	24
11. SAÚDE COMO DIREITO PRIMEIRO	25
12. GRAVATAÍ DAS MULHERES	27
13. POR UMA GRAVATAÍ DA DIVERSIDADE E DA IGUALDADE	29
14. A CIDADE DA IGUALDADE RACIAL	30
15. DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL	31
16. POR UMA MOBILIDADE MAIS HUMANA	32

1. GOVERNO POPULAR. GOVERNO DO POVO

Temos o desafio de radicalizar a democracia em Gravataí, onde o governo escute as pessoas e subordine a elas as grandes decisões que impactam a vida na cidade, sem distribuir regalias a amigos e sem aparelhar a prefeitura com interesses político-partidários, personalistas e eleitoreiros. Para isto, é fundamental a auto-organização da cidadania. A partir dos bairros e dos locais de trabalho, de estudo, de cultura e lazer é possível garantir que as pessoas sejam protagonistas da mudança. Trazer as decisões para as praças públicas, construindo, juntos dos cidadãos e cidadãs gravataienses, o futuro de nossa cidade.

a) **Gestão democrática.** A administração pública costuma sofrer com o “aparelhamento” partidário, responsável pela ocupação de cargos importantes por pessoas que não têm condições técnicas e, às vezes, nem éticas para tal. É preciso REPENSAR este modelo. É preciso extinguir o famoso “Bonde dos Cargos” em nossa cidade, assim como propor uma redução drástica no número de cargos de confiança. Alguns postos de alto escalão precisam ser preenchidos por este critério de confiança dos eleitos, mas para os demais cargos devem ser realizados concursos internos que levem em consideração o conhecimento técnico ou equivalente de nível superior na área de atuação, experiência na função e eleição para avaliar a liderança do servidor.

b) **Plebiscitos e referendos.** A população deve ser consultada sobre as principais decisões que afetam a cidade, especialmente obras de valor elevado e de significativo impacto social e ambiental. Mecanismos de democracia direta precisam funcionar permanentemente e valorizar a participação popular, com plebiscitos, referendos e consultas públicas.

c) **Plataforma de participação popular.** Desenvolvimento de uma plataforma de internet na qual qualquer cidadão possa apresentar uma proposta. Se tiver apoio de 5% do eleitorado da cidade, a ideia será submetida a plebiscito e, se aprovada, será encampada pelo governo.

d) **Prefeita no bairro.** Todos os sábados o prefeito e todo o secretariado

estarão nos bairros para ouvir a população. O diálogo direto do governo com a cidadania permitirá que sejam adotadas de forma mais ágil as providências necessárias em relação aos problemas da cidade.

e) Fortalecimento dos Conselhos Municipais. Os sucessivos governos vêm esvaziando a importância dessas instâncias e desrespeitando suas decisões. Isto sem falar aparelhamento de algumas delas. Um governo popular deve estabelecer uma dinâmica antiburocrática e de respeito aos conselhos e precisa cumprir rigorosamente suas determinações.

f) Orçamento Participativo e Cidadão (OPC). Gravataí já foi reconhecida pela experiência do OP, porém este instrumento foi sendo desrespeitado, desacreditado e paulatinamente burocratizado. Nossa proposta é ampliar o alcance do Orçamento Participativo para que a população discuta o conjunto do orçamento, a política fiscal e tributária, e não só um pequeno percentual dos investimentos. E também é fundamental que a prefeitura respeite e cumpra rigorosamente as deliberações do OPC.

g) Escola da Cidadania - Centros comunitários de formação permanente dos Conselheiros do OPD, apoiando-se na rede municipal de educação e bibliotecas comunitárias, para alfabetização urbanística e para dotar de maior capacidade de elaboração aqueles que de fato darão o tom e a tinta de um governo de novo tipo, no qual prima uma democracia de baixo pra cima, com participação substantiva da cidadania.

2. REVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

O encolhimento do Estado, as terceirizações e a redução e desvalorização do quadro de funcionários de carreira têm provocado descontrole, corrupção e má prestação de serviços públicos. Cortam-se verbas e servidores que fazem falta na saúde, na educação, na segurança pública e no atendimento ao público. A gestão é centralizada, distante da realidade da comunidade, e pouco democrática. O prefeito e os secretários tomam decisões monocráticas, que desconsideram a vontade da população e o saber acumulado pelos municipais.

a) **Equiparar o salário do prefeito e do vice-prefeito** à média de salário dos professores municipais.

b) **Transitar para um novo modelo de administração pública.** As terceirizações fazem com que os serviços públicos estejam, em diversos setores, totalmente intermediados pelo setor privado. Desde a poda das árvores e o transporte até a coleta de resíduos e a limpeza de bueiros, tudo passa pelo setor privado. Isto reduz a qualidade dos serviços, abre espaço para a corrupção e cria uma legião de trabalhadores com direitos sociais negligenciados. É preciso reverter este quadro, com auditoria de contratos, mais fiscalização sobre as terceirizadas, concursos públicos e reversão do sucateamento da máquina pública.

c) **Transparência: paredes de vidro.** Um governo popular deve dar total publicidade a seus atos e estimular o controle social na execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas.

d) **Compras públicas sustentáveis.** A prefeitura deve agir de modo responsável, adquirir somente o necessário e buscar soluções inteligentes e criativas, com vistas à economia de dinheiro público. Como o poder de compra de governos influencia o mercado e a economia, também deve incentivar a inovação e a sustentabilidade para reduzir o impacto da produção e do consumo sobre a saúde humana e o meio ambiente. Deve ainda criar

novos mercados para produtos sustentáveis, com o estabelecimento de requisitos ambientais nas licitações, incluindo desde padrões de emissões de efluentes e eficiência energética até o uso de materiais reciclados na produção.

e) Garantir condições adequadas de trabalho aos servidores públicos, com estruturas operacionais compatíveis com as demandas de trabalho, reformas nos prédios, atualização tecnológica, equipamentos, veículos, computadores, softwares de gestão e outros sistemas que acelerem a tramitação de projetos.

3. FIM DOS PRIVILÉGIOS NA GESTÃO MUNICIPAL

Mandatos não são de propriedade individual dos eleitos, mas uma síntese de vontades, propostas e engajamentos comuns. Devem, portanto, ser tratados como uma expressão coletiva, sem que nunca se sobreponham interesses privados de qualquer natureza, sejam empresariais ou pessoais. A estrutura administrativa pública não pode ser “loteada” entre os partidos que compõem as coligações. O combate à corrupção passa pela ética e pela capacidade técnica dos agentes públicos, mas depende, sobretudo, do controle e da fiscalização que os cidadãos exercem sobre os governantes. Só com mais democracia podemos impedir a apropriação privada da administração pública. O governo municipal deve oferecer instrumentos de controle público e dar o exemplo de honestidade e respeito ao mandato que o povo lhe delegou.

a) **Combate sem tréguas à corrupção.** É preciso fortalecer o combate à corrupção na administração pública, dar transparência e publicidade às auditorias e estimular a criação de um comitê cidadão de especialistas independentes que acompanhe de perto este trabalho de controle do uso do dinheiro público. Também propomos a criação de comissões de servidores para fiscalização de contratos e serviços e a instituição de mecanismos de delação anônima para casos de corrupção na prefeitura.

b) **Prestação de contas dos governantes.** O prefeito, o vice, os secretários e todos os detentores de cargos em comissão deverão publicar anualmente a evolução do seu patrimônio pessoal.

c) **Combater os privilégios.** Os salários do prefeito, do vice e dos secretários devem ser compatíveis com a realidade dos servidores de carreira e qualquer reajuste deve estar vinculado aos índices concedidos aos municipais.

d) **Corte de 70% do CCs e valorização dos servidores de carreira.** O funcionalismo de carreira tem direito a salários dignos e condições de trabalho adequadas. O setor público não é feudo dos partidos nem instrumento de barganha política. Por isto, propomos o corte de 70% dos cargos de confiança, para que o conhecimento técnico e empírico dos servidores de carreira qualifique os serviços prestados pela prefeitura.

e) **Redução de gastos.** O pagamento de diárias e o uso de carros oficiais, entre outras ações como, por exemplo, prédios e salas locadas pela administração municipal configuram privilégios para os governantes e devem ser limitados ao estritamente necessário para o cumprimento de suas funções.

4. FINANÇAS MUNICIPAIS

Verdade que a crise econômica afeta as finanças da Prefeitura de Gravataí, assim como prejudica todos os outros municípios do país, os governos estaduais e o governo federal. Neste contexto, um orçamento equilibrado é positivo, pois evita que os serviços públicos entrem em colapso. No entanto, as contas de uma prefeitura, assim como de um Estado e da União, não podem ser comparadas à contabilidade de uma empresa. O orçamento da prefeitura deve expressar uma visão política sobre a destinação e as origens dos recursos públicos e, conseqüentemente, sobre a distribuição social de parte da riqueza gerada na cidade. Portanto, o orçamento municipal deve levar em conta quais parcelas da população têm necessidades maiores e mais urgentes.

a) **Impulso a um movimento nacional das cidades contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, que veio para reduzir os gastos sociais, impedir que os governos sigam prestando serviços públicos diretos e forçar a entrega dessas atribuições, por meio das terceirizações, à exploração de empresas que visam ao lucro. Em algumas áreas fundamentais cerca de 40% dos serviços que deveriam ser públicos estão em mãos da iniciativa privada e a população está mal atendida.

b) **Atualização da planta fiscal** para fins de aumento da arrecadação do IPTU, com revisão da faixa de isenção para impedir impactos sobre os setores médios e pobres da sociedade. Os recursos adicionais devem ser destinados às áreas sociais.

c) **IPTU Progressivo**. As alíquotas sobre os vazios urbanos e bens ociosos devem ser elevadas. A medida cumpre o previsto na Constituição Federal no que diz respeito à função social da propriedade e é fundamental para o exercício da justiça fiscal.

d) **Auditoria da dívida e dos contratos** duvidosos para verificar a legalidade, a necessidade e a real extensão dos compromissos firmados pela prefeitura.

e) **Discussão democrática do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** com real participação popular e respeito às decisões tomadas pelo povo.

5. ECONOMIA E DIREITO AO TRABALHO

Um governo popular deve desenvolver políticas que favoreçam a democratização da cidade também na área econômica. Embora os instrumentos de indução econômica fundamentais não estejam sob a esfera do município, cabe às cidades um importante papel na criação de um ambiente econômico saudável e democrático, voltado ao apoio a determinadas atividades, investimentos e geração de emprego e renda.

a) Valorização dos espaços econômicos tradicionais da cidade, como o centro de Gravataí, mas também o comércio local em cada bairro e região da cidade.

b) Comércio ambulante. Diante do aprofundamento da crise econômica e do desemprego, existe uma tendência de crescimento do comércio ambulante. A prefeitura deve organizar feiras rotativas, inclusive noturnas, e trabalhar junto às organizações representativas para estabelecer regras gerais de funcionamento do setor.

c) Geração de renda e apoio à economia solidária. Criar espaços para grupos, associações e cooperativas, destinados ao comércio de produtos da economia solidária, em equipamentos municipais como escolas, terminais de ônibus e, principalmente, ocupando as praças da cidade de forma itinerante. A prefeitura também deve trabalhar para reforçar no município os programas federais de emprego e renda e complementá-los com ações de qualificação profissional e de fomento à autonomia dos trabalhadores.

d) Apoio aos produtores artesanais, com promoção de festivais e feiras que criem espaços de comercialização alternativos às grandes redes de varejo.

e) Redes de cooperação. A tendência à monopolização do mercado por parte dos grandes grupos em diversos setores fragiliza o tecido econômico, gera mais desigualdades e reduz o pequeno comércio local. A prefeitura deve atuar em apoio às pequenas e médias empresas mediante o estímulo a redes de

cooperação que promovam a associação de comerciantes e produtores em busca de economia de escala na aquisição de mercadorias e nas ações de promoção e venda, além de compartilhamento de técnicas de gestão dos negócios.

f) Área rural livre de agrotóxicos: Diante da enorme crise na saúde pública devido ao consumo excessivo de agrotóxicos pela população gaúcha (cerca de 8 litros por habitante por ano) a prefeitura deve estimular a agroecologia no âmbito da produção rural do município com o objetivo de, em articulação com os produtores, declarar a produção de hortifrutigranjeiros tradicional da cidade livre de venenos e pesticidas. Isto requer medidas de estímulo econômico, como ações de extensão rural focadas no desenvolvimento de técnicas de manejo e expansão das feiras-modelo e hortomercados com produtos orgânicos, a fim de regular os preços de alimentos em todos os bairros da cidade e inibir abusos de poder econômico por parte das grandes redes varejistas.

g) Fomento ao Ecoturismo: a prefeitura em parceria com os produtores familiares irá fomentar o ecoturismo e turismo rural no município.

h) No segmento de cervejas artesanais, a prefeitura deve contribuir para o desenvolvimento de aptidões empreendedoras e a formação técnica dos cervejeiros, ao mesmo tempo em que oferece incentivos à criação de novas microempresas. É importante criar, em parceria com entidades ligadas ao setor, uma incubadora municipal com espaço e equipamentos para produção, além de apoio de técnicos e mestres cervejeiros, bem como de juízes, sommeliers e outros profissionais.

5.1. PLANO EMERGENCIAL CONTRA OS EFEITOS DA PANDEMIA

a) **Nome Limpo** - A Prefeitura de Gravataí disponibilizará um Escritório do Desendividamento Popular com advogados à disposição para que os cidadãos possam renegociar dívidas e juros, assim como limpar seu nome do SPC, SERASA, e BC. Este Projeto além de assegurar capacidade de consumo aos que mais precisam, também pode ser importante para enfrentar a crise social agravada pela pandemia.

b) **Crédito para não quebrar e preservar empregos** - A Prefeitura de Gravataí deve procurar os maiores devedores do Município para propor uma renegociação de seus débitos casada com o investimento de um fundo comprador das dívidas dos munícipes. O fundo seria gerido pela Prefeitura a fim de facilitar o desendividamento em condições melhores aos populares hipossuficientes de renda neste cenário pandêmico. Essa medida é emergencial tendo em vista que no final de 2019 já tínhamos 353 mil endividados (30,1% da população), algo que deve ter sido acentuado de sobremaneira após o início da pandemia do coronavírus.

c) **Auxílio Emergencial Municipal** - Construir as condições orçamentárias para que a Prefeitura possa oferecer um auxílio para as famílias afetadas pela explosão do desemprego durante a pandemia, com prioridade às mulheres chefes de família, mães solo e residentes de áreas com maior vulnerabilidade.

6. ESPORTE, LAZER E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A cidade apresenta uma série de associações e agremiações comunitárias que tentam organizar o esporte, mas não possuem poder algum nas decisões que tangem políticas públicas envolvendo o tema. Os principais espaços públicos da cidade, em particular as praças, ao invés de lugar para o convívio, lazer e práticas esportivas têm se tornado uma potencial ferramenta para inserir a juventude na violência e no crime. Nossa cidade não possui projeto que envolva um planejamento de curto, médio e longo prazo que busque inserir a juventude no esporte. Da mesma forma, nossos espaços públicos, potenciais áreas de convivência e socialização estão esquecidos e abandonados pelo poder público. É preciso urgente rever a relação da cidade com estes espaços, construindo uma nova lógica e consolidando um processo de ressignificação destas áreas pela cidade.

a) **Esporte na escola e nos bairros**. Projeto que visa trabalhar a inserção de crianças e adolescentes no esporte em turno inverso ao de suas aulas, preparando-os como agentes transformadores de sua realidade e fomentando a sua iniciação esportiva competitiva. Potencializar, ainda, nos bairros os já existentes, mas combalidos, núcleos esportivos da prefeitura, dando maior autonomia para as comunidades na tomada de decisões dos mesmos.

b) **Centro de Formação e treinamento competitivo do esporte**. É imprescindível que os potenciais atletas, que serão descobertos nas praças e escolas da cidade, tenham uma condição estrutural factível à possibilidade de atingir resultados competitivos e assim permanecer no esporte de forma profissionalizada. O projeto consiste em transformar o Ginásio Municipal de Esportes em um grande centro de treinamento esportivo, contendo propícia estrutura para desenvolvimento do alto rendimento.

c) **Fundo Municipal do Esporte de Alto Rendimento**: Possibilitar que se descubram atletas e dar condição para que estes se desenvolvam é uma necessidade do município, ainda assim faz-se necessário dar a possibilidade que estes participem dos grandes eventos esportivos nacionais e

internacionais. A partir desse pressuposto, é necessário e urgente criar um Fundo a fim de financiar competições e custeios dos nossos atletas.

d) Potencializar a ocupação plena dos espaços públicos da cidade.

Revitalizar nossas praças e espaços de convivência, construir novos espaços públicos voltados à socialização e lazer como as “Ruas Abertas para as Pessoas” e incentivar a ocupação dos mesmos. Pensar os “não-lugares” dando ressignificado aos mesmos.

e) Revitalização de Becos e Vias. Levar saneamento e infraestrutura às áreas mais degradadas e esquecidas pelo poder público. Ações conjuntas entre diversas secretarias para que não ocorram apenas mudanças físicas, mas também culturais nas comunidades atendidas. O plano consiste em mapeamento dos becos e vias, avaliação pelo corpo técnico da prefeitura e criação dos conselhos locais responsáveis pela manutenção das melhorias realizadas.

7. EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A educação é um dos temas mais importantes quando falamos de mudança social. Ela é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, além de ser um bem coletivo capaz de promover a cidadania e de ampliar a inclusão social de todos. Gravataí merece uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, voltada para os interesses da população. É preciso melhorar e muito a educação em Gravataí. Essa mudança será possível se for realizada em conjunto com a comunidade escolar e com um forte compromisso com a educação inclusiva e a diversidade.

a) **Valorização Profissional.** Programa de recuperação salarial para os profissionais em educação. Repor as perdas dos últimos anos e apresentar aumento real. Aplicar a Lei do Piso (Lei nº 11.738/2008) que estabelece o piso salarial dos docentes da Educação Básica, determinando que deve ser reajustado anualmente, de acordo com a variação no valor anual mínimo por aluno, que, por sua vez, é definido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). Discutir, ainda, junto com a categoria e sua representação de classe a construção de um plano de incentivo à qualificação profissional.

b) **Gestão Democrática.** Fortalecimento da gestão democrática das escolas municipais e valorização dos professores a partir de seus saberes e conhecimentos. Eleição direta para diretores e conselheiros escolares. Aplicação de um conceito amplo de gestão democrática: envolvendo a comunidade escolar como um todo: discentes, docentes, funcionários e comunidade. Buscar autonomia pedagógica: rechaçar os ataques ao processo educativo expressos nas campanhas da “Escola Sem Partido”; rediscutir e oferecer aos educadores a opção sobre a gestão dos suportes didáticos

(programa positivo); incentivar e prover de recursos físicos o estabelecimento de agremiações estudantis (espaços para reuniões e suportes materiais); construir fórum de discussão e integração sobre temas de relevância social: combate aos preconceitos como o racismo, machismo e LGBTfobia. Construir equipe de gestão para acompanhamento e aplicação das metas e compromissos correspondentes a responsabilidades do município quanto à lei 13005/2014 PNE (Plano Nacional de Educação) buscando dar materialidade aos avanços propostos na referida lei.

c) Educação para Formação Integral. Romper com a falsa dicotomia entre formação técnica e formação geral (trabalho manual X trabalho intelectual). O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e tem como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido buscamos apontar para a necessidade da construção da ideia de um conceito de formação da ESCOLA UNITÁRIA. A escola unitária busca romper com a falsa divisão apresentada pela sociedade capitalista e proporcionar ao educando condições de escolher a partir de uma multiplicidade de caminhos aquilo que deseja para o seu futuro.

Neste sentido é compromisso de nossa gestão construir políticas públicas que visem materializar esta concepção da educação. Para tal são conceitos fundamentais: o debate democrático por uma pedagogia crítica e emancipatória. Para que essa valorização da educação pública ocorra na prática é decisiva a participação dos educadores, estudantes e das comunidades escolares na discussão e definição do projeto político pedagógico, em cada escola, que culmine em um Congresso Municipal da Educação. E, ainda, é essencial *Educar para diversidade*, criando um programa municipal de combate às discriminações de todos os tipos, ao bullying e à violência nas escolas.

d) Inclusão e Permanência. Entendemos o conceito de inclusão na sua plenitude. Ou seja, não se trata apenas em ofertar a vaga ao estudante, é necessário oferecer educação de qualidade e condições de permanência do

alunado. Para isso queremos fazer uma análise detalhada no espaço físico e nos recursos materiais e humanos da rede escolar a fim de empreender as seguintes ações:

- *Adequação da estrutura física das escolas* para atender a implantação gradual (com percentuais de metas anuais a serem definidos a partir da verificação criteriosa dos números e do orçamento real) de turno integral: refeitório, espaços de lazer, banheiros e vestiários; levar saneamento e infraestrutura às áreas mais degradadas e esquecidas pelo poder público;

- *Construção de laboratórios e salas para oficinas*: dança, música, artes cênicas, pintura, cinema, artes marciais, revitalização e cobertura de quadras esportivas;

- *Educação infantil*: Prioridade para a Educação Infantil pública e controle democrático das conveniadas. É preciso fazer crescer a participação da rede pública, ao mesmo tempo, garantindo uma política de controle social e da prefeitura sobre os contratos de conveniadas de forma dialogada, buscando que de fato as conveniadas sejam comunitárias controladas pela comunidade;

- *EJA*: ampliação das escolas para atender a Educação de Jovens e Adultos, atendendo as orientações constitucionais de oferecer educação a todos, inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria. Construir projeto em diálogo com a comunidade escolar e com estudos que apontem as potências e características locais para vinculação de estratégias de aproveitamento dos potenciais produtivos locais com a educação formal;

- *Educação Especial*: melhorar as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiências, através da formação de professores e apoio especializado na rede regular. Fortalecer a rede de atendimento de Escolas de Educação Especial, aumentando vagas e proporcionando a ampliação do tempo que estas crianças e jovens tem acesso à escola;

- *Criação de uma equipe de monitoramento e intervenção para Programa de Assistência Estudantil* formada por 5 (cinco) pessoas sendo: dois alunos, um professor, um representante da SMED e um profissional com formação em Serviço Social. Regulamento definirá a forma de escolha, a vigência e as

atribuições da comissão, bem como seu custeio e funcionamento;

- *Concluir a chamada do Concurso Público* vigente e analisar necessidade de abertura de novo certame a fim de contemplar outras áreas carentes de recursos humanos e principalmente prover vagas para funcionários, recolocando o papel protagonista dos funcionários de escola, aqui entendidos como Educadores, buscando por fim na terceirização e precarização dos serviços escolares;

- *Construção de cursos pré-vestibulares* para jovens de baixa renda ingressarem no Ensino Superior.

8. CULTURA POPULAR E ALTERNATIVA: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

A cultura é responsável pela identidade de um povo. Nossa história e nossa imaginação constroem o estado de espírito de uma comunidade ou nação, estabelecendo vínculos que nos unem. A cultura reflete tudo o que acreditamos ser e é responsável por tudo aquilo que nos autorizamos a sonhar. Sem ela, a vida fica despojada de sentido, sem identidade. Nossos poucos equipamentos culturais estão sucateados. Há um claro retrocesso em relação a antigas conquistas da cidade e, hoje, o investimento em cultura é quase nulo em nossa cidade perto do nosso potencial. Só uma profunda mudança cultural será capaz de superar os medíocres valores desse sistema para apontar alternativas de convívio e produção. É preciso uma radical democratização cultural da cidade.

a) **Ampliar o investimento do orçamento em cultura**, possibilitando - dessa forma - potencializar o desenvolvimento cultural de nossa cidade em todos seus aspectos e permitindo, por exemplo, a revitalização de espaços tão importantes para cena artística local como é o Cine Teatro. Instituiremos, ainda, um projeto de instrumentalização da cena cultural gravataiense, oferecendo oficinas, workshops e palestras de diversas áreas com a finalidade de instrumentalizar os artistas de um modo geral.

b) **Democratizar o acesso à cultura** e a ocupação dos espaços públicos da cidade com atividades culturais, apoiando iniciativas como a visita noturna ao museu. Propomos também o Projeto "*Palco Móvel*", onde em uma estrutura itinerante pela cidade, os artistas locais terão a possibilidade de divulgar seus trabalhos. Dessa forma, a produção cultural da cidade vai aos bairros e o acesso à cultura passa ser muito mais amplo. Ainda no sentido de levar a cultura aos bairros, apresentamos o projeto "*Disseminando a Leitura*" onde criaremos um banco de livros a partir do incentivo a doações e esse volume, na medida em que for crescendo, comporá uma biblioteca móvel que ocupará praças e parques da cidade, recebendo e distribuindo livros de maneira gratuita, na base da troca. Assim, fomenta-se a leitura, utiliza-se do projeto para divulgar nossos escritores locais e levamos cultura aos bairros.

c) **Contra-turno cultural**. Levar e trazer os alunos das escolas municipais, em seu contra turno, para a vivência cultural e cidadã de sua cidade, com sessões em espaços culturais e na própria escola para colocar os alunos em movimentação por sua cidade e seu patrimônio material e imaterial.

d) **Recuperar a diversidade da convivência nas praças de Gravataí**, promover a acessibilidade através de brinquedos para cadeirantes, minipistas de skate para jovens, canchas de bocha e academias para a terceira idade, bem como canchas de futebol, basquete e vôlei, bicicletário e canteiros comunitários, apresentações culturais com espetáculos de intervenção urbana nas áreas de circo, dança e teatro, bem como sessões de cinema ao ar livre e shows em praças.

e) **Parada Cultural**. Como culminância de todos estes projetos voltados à cultura, queremos propor a *Parada Cultural de Gravataí*, com a finalidade de apresentar para a cidade em um evento anual toda a riqueza e talento da comunidade artística gravataiense.

9. GRAVATAÍ MAIS SEGURA

A prefeitura tem se omitido de suas responsabilidades na área da segurança pública. O argumento é que segurança seria responsabilidade do Estado. Esta visão se tornou insustentável diante da crise da segurança pública. A violência cresce e, além do crescimento dos roubos e dos homicídios, nos ressentimos também da falta de efetivos policiais. Entendemos que a prefeitura pode e deve agir para a redução dos índices de violência urbana e criminalidade. Para isso, propomos um conjunto de políticas específicas que começam com a construção de uma NOVA GUARDA e a AÇÃO INTEGRADA NA SEGURANÇA.

a) Nova guarda municipal e um sistema de segurança integrado que garanta direitos e previna a violência e a criminalidade. Hoje a Guarda atua fundamentalmente cuidando do patrimônio da Prefeitura. Em que pese os esforços já realizados em sucessivos governos, a verdade é que Gravataí não possui uma política própria de segurança pública. Há iniciativas isoladas, mas elas não constituem uma política pública e muito menos um sistema que coordene políticas sociais, preventivas, reativas e proativas.

b) Comunicação e integração da Nova Guarda Municipal com os órgãos de segurança do Estado e com a comunidade. O principal recurso para a eficácia do policiamento é a informação. No RS, entretanto, não dispomos sequer de um sistema de comunicação integrado entre as guardas municipais e as polícias que, por sua vez, sequer utilizam a mesma tecnologia. Para que os órgãos de segurança possam ser efetivos em seu trabalho, é preciso que eles sejam informados constantemente pela população. Os residentes sabem muito a respeito das dinâmicas criminais e violentas da sua região. Entretanto, estas informações só serão compartilhadas se a população tiver uma relação de proximidade com os agentes da segurança pública. Daí a importância da abordagem conhecida como Polícia Comunitária. Neste modelo, os policiais prestam serviço em uma região determinada, passando, assim, a conhecer a realidade local. São também identificados pelos residentes o que tende a

desenvolver relações mútuas de confiança.

c) Intervenções territorializadas e articuladas com a comunidade local. O foco territorial é decisivo para a eficácia das políticas preventivas. Sem base territorial definida, é impossível contar com diagnósticos qualificados. Sem diagnósticos precisos, não teremos projetos competentes e não será possível que os investimentos multissetoriais confluem e se articulem com a mobilização da própria comunidade, estabelecendo parcerias com as associações de moradores, grêmios estudantis das escolas, igrejas, clubes, etc.

d) Mais segurança nos bairros. O programa prevê a instalação de alarmes comunitários e, a criação de uma rede de comunicação via aplicativo de celular que conecte a comunidade com a Guarda Municipal. Para sucesso do programa propomos a presença diária de no mínimo um interlocutor por região da cidade, para que se estabeleçam laços de confiança, solidariedade e empatia entre comunidades e agentes públicos municipais.

e) Investir nas crianças e jovens para prevenir a violência. Segmentos significativos da juventude estão sendo dizimados no circuito criminoso das periferias. A ausência de políticas públicas voltadas para as juventudes e a carência de espaços qualificados para o lazer, esporte e manifestações artísticas e culturais, somam-se ao desemprego e à falta de perspectivas, oportunizando a criação de condições ideais para o recrutamento de jovens pobres pelo tráfico. Através de projetos como "Evasão Escolar Zero" onde combateremos o problema da evasão nas escolas e enfrentaremos de frente a perda de nossas crianças e adolescentes para o crime.

10. GRAVATAÍ QUE RESPEITE TODOS OS CORPOS

Gravataí é uma cidade hostil para pessoas com deficiência, o tratamento despendido a essa parcela da população, olhando-os como casos isolados não reflete a realidade de suas experiências, e torna o simples ato de sair de casa uma atividade hercúlea. Notoriamente as pessoas com deficiência têm permanecido à margem da elaboração das políticas públicas, e quando elas existem são pensadas, elaboradas e executadas por pessoas sem deficiência. Desta forma, é urgente corrigir as disparidades e negligências que deixam à margem das dinâmicas econômicas e socioculturais da cidade uma parcela significativa da população.

- a) Promover a acessibilidade nos prédios públicos administrativos, nas escolas, nos equipamentos de saúde e nos espaços culturais.
- b) Fomentar e dar condições para o protagonismo e participação das PCD na elaboração de políticas públicas.
- c) Incluir a acessibilidade nos editais de cultura do município, fomentando a tradução para todas as linguagens, através da bonificação para projetos que prevejam a acessibilidade universal, tratando a acessibilidade cultural como parte das políticas culturais.
- d) Garantir 100% de acessibilidade nos espaços públicos da cidade, dotando as vias com espaço para circulação de cadeira de rodas, rebaixos de piso e pontos de travessia, sinaleira com alarme sonora, piso tátil contínuo corrigindo as situações onde existam conflitos com árvores, lixeiras, postes e outras barreiras à circulação de pessoas com deficiência visual. Garantir a presença de profissionais de apoio escolar em toda a rede (monitores).
- e) Criar programa para incentivar a contratação de PCDs em empresas privadas, órgãos municipais e nos editais de licitação da prefeitura.

11. SAÚDE COMO DIREITO PRIMEIRO

A atenção primária à saúde (os postos de saúde) é, em todos os discursos eleitorais, tratada como a prioridade dos candidatos. Ela é, sem dúvidas, a base do Sistema Único de Saúde, já que são os profissionais dos postos que estabelecem vínculos de longa duração com os usuários e organizam o atendimento nas diversas áreas e especialidades da saúde. Sem atenção primária não há como acessar os outros níveis do sistema, como consultas especializadas e cirurgias. A incapacidade das gestões em garantir o acesso real da população à prevenção e aos cuidados básicos está diretamente associada a várias situações, entre as quais a expansão não qualificada do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF). É preciso rever a atuação do governo no gerenciamento da saúde pública.

a) Convocação de uma consulta pública municipal sobre a saúde em 2021.

Um grande encontro com a comunidade, profissionais e agentes públicos com o intuito de fazer um diagnóstico da situação e definir diretrizes para as políticas e programas de saúde no município.

b) Definir uma nova diretriz de atenção farmacêutica, com distribuição estratégica de farmácias públicas municipais, e aprimorar o sistema de dispensação de medicamentos. Mais remédios com mais economia. É preciso garantir medicamentos nas farmácias e postos de saúde, reforçar o controle dos estoques, aprimorar as instalações para armazenamento e melhorar a capacitação do pessoal que trabalha na área.

c) Para trabalhar em defesa do SUS e por mais profissionais da saúde, é necessário lutar pelo aumento dos repasses do Estado e da União para a saúde, inclusive por meio de ações judiciais, se necessário. É preciso ampliar a cobertura do Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), mediante habilitação de equipes e expansão das residências para especialistas, dentistas, enfermeiras, terapeutas ocupacionais, agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos, nutricionistas, técnicos de enfermagem, sanitaristas e demais profissionais da saúde, com incentivo para os que atuam nos bairros mais distantes permaneçam nesses locais.

d) Fortalecimento e valorização do Conselho Municipal de Saúde. Um espaço de extrema importância onde à comunidade em geral, democraticamente e junto a gestão municipal, pode debater, fiscalizar e exigir dos gestores públicos mais eficiência na administração dos recursos da saúde pública municipal.

e) Fomentar o debate e pautar a construção em Gravataí de um Hospital Regional que atenda a demanda por serviços, consultas, atendimentos, cirurgias, exames e possibilite a melhoria da saúde em nossa cidade e cidades vizinhas. A dependência e a falta de transparência na relação da prefeitura municipal com o hospital Dom João Becker também deve ser alvo de uma remodelação da saúde em Gravataí. A vinda de mais um hospital para a cidade traria benesses essenciais para a combalida realidade municipal no que tange à saúde.

12. GRAVATAÍ DAS MULHERES

É preciso construir uma prefeitura disposta a enfrentar o ciclo de violência, desigualdade e machismo. As políticas públicas no município são estratégicas, pois é justamente nas cidades que as violações de direitos, o assédio e a violência sexual se manifestam. A violência doméstica é uma realidade cruel em todo o país e na aldeia não é diferente, sendo uma das grandes violações de direitos das mulheres. Lamentavelmente os investimentos públicos necessários para ajudar na interrupção do ciclo de violência têm sido cada vez menores. São inúmeros os casos de assédio às mulheres nas cidades, seja no transporte público, nos locais de trabalho e nas escolas. É preciso que se avance em iniciativas de proteção às mulheres.

a) **Criação de um Plano Emergencial de fortalecimento da rede municipal de educação com ampliação de vagas na educação infantil** para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Nenhuma mãe pode deixar de trabalhar ou de ir à escola por não ter onde deixar seu filho(a). Para isso é preciso também criar vagas noturnas.

b) **Fortalecimento e Descentralização do Atendimento às Mulheres Vítimas da Violência** ampliando o atendimento às mulheres nas comunidades da cidade com a modernização garantia de infraestrutura e a descentralização dos serviços. Formação de servidores públicos, em especial na área da saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas da violência.

c) **Atendimento pleno da delegacia especializada para atendimento das mulheres.** Gravataí possui apenas uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e seu funcionamento ocorre apenas de segunda à sexta-feira até às 18h este é um dos fatores que dificultam as denúncias e a busca por medidas protetivas. Por isso é preciso garantir atendimento em período integral, inclusive com plantões noturnos.

d) **Cursos profissionalizantes para adolescentes e jovens de qualquer idade.** Incentivo à geração de renda para mulheres.

e) **Promoção de medidas de prevenção da violência contra a mulher** por meio de campanhas nos bairros, nas escolas e nos serviços públicos em geral.

Criação de um aplicativo para a denúncia de violência e assédio. Desenvolver, ainda, campanhas educativas contra o machismo: investir na educação para a igualdade de gênero, promovendo atividades constantes nos bairros de combate à violência e nas escolas da rede.

f) Garantir a adoção de medidas de equidade de gênero no âmbito dos serviços públicos municipais, assim como incluir nas cláusulas contratuais de processos licitatórios a necessidade das empresas que serão contratadas pelo município adotarem políticas e ações sociais e econômicas de equidade de gênero.

g) Garantir a formação continuada dos educadores na busca de uma educação de qualidade contemplando as temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade.

h) Criar e ampliar centros de Referência da mulher e CIAM - Centro Integrado de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica. Oferecer apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo com que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário.

i) Criação e/ou ampliação de maternidades e centros de parto humanizado. Assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós-parto.

j) Criação de Secretaria de Mulheres e combate à LGBTfobia. Garantir espaço institucional para ampliar as políticas públicas para mulheres e LGBTQI+.

13. POR UMA GRAVATAÍ DA DIVERSIDADE E DA IGUALDADE

A violência contra a população LGBTQI+ se expressa cotidianamente nas ruas, por meio dos insultos, piadas, agressão física e discriminação nos locais de estudo, de trabalho e de lazer. É na cidade que os LGBTQI+ são perseguidos e discriminados, portanto cabe aos seus governantes a elaboração de medidas concretas de combate à LGBTfobia para torná-las acolhedoras e seguras a esta população.

a) **Combate efetivo à LGBTfobia**. Controle das denúncias e acompanhamento minucioso dos casos de LGBTfobia.

b) **Centro de cidadania LGBTQI+**. Criar um Centro Municipal de Cidadania LGBTQI+. Um espaço que possa concentrar os serviços a esta população, acolher as denúncias e encaminhar suas demandas nas mais diversas áreas.

c) **Diálogo permanente**. O governo da cidade precisa ser parceiro do movimento LGBTQI+ e deve estar disposto a ouvi-lo, acolher suas pautas e encaminhar suas reivindicações. Para isso precisamos ter um Conselho Municipal de Direitos da População LGBTQI+, que atuará como órgão deliberativo para assessorar a prefeitura, fiscalizar suas ações, promover o controle social e pautar as políticas do município para a comunidade LGBTQI+.

d) **Acolhimento à população LGBTQI+ nas escolas municipais e combate ao preconceito**. Na educação é preciso criar uma rede de garantia de acesso e permanência de LGBTQI+, com equipes volantes que possam visitar as escolas, servindo de mediadores entre estudantes, corpo docente, gestores e comunidade, promovendo atividades regulares e cursos de formação. Através de um amplo programa de formação de professores e de combate ao bullying e às diversas formas de assédio.

e) **Saúde para todos**. No âmbito da Saúde é preciso garantir que nenhum LGBTQI+ deixe de receber atendimento médico adequado em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero. É fundamental identificar os serviços e os profissionais onde a homofobia produz maiores danos à saúde dos LGBTQI+ e agir administrativa e legalmente.

14. A CIDADE DA IGUALDADE RACIAL

Um governo popular e democrático deve respeitar as tradições de seu povo e promover políticas de reparação histórica, tendo em vista o combate à discriminação racial e a desigualdade social e econômica que ainda persiste. Isto passa pela construção, em conjunto com o movimento negro organizado, de políticas de respeito à cultura e à história afrobrasileira, cotas raciais e sociais, com o objetivo de tornar a nossa cidade uma referência nacional em promoção da igualdade racial.

a) Realizar campanhas institucionais de educação cultural contra o racismo e a discriminação.

b) Promover o reconhecimento e apoiar a demarcação dos territórios sagrados, os quilombos e as áreas da cidade que contam a história do povo negro. Resgatar a memória e a história da escravidão em geral e em Gravataí, por meio de registros de História Oral, rodas de contação de história em comunidades, fomento e difusão da pesquisa histórica e de antropologia social, publicações e por meio da ampliação e aceleração dos conteúdos de história da escravidão e da cultura afrobrasileira nas escolas municipais.

c) Apoiar a luta dos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas da cidade construindo políticas públicas que façam a pressão inversa.

d) Combater a intolerância em relação às religiões afrobrasileiras.

e) Incentivar o protagonismo da mulher negra: possibilitar espaços de atuação e interesse para a mulher negra trazer sua história, sua tradição e ritos de passagem para o centro das discussões sobre a cidade democrática que queremos.

15. DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL

Cuidar bem dos animais é uma diretriz básica de respeito e carinho com as espécies e é também uma questão de saúde pública e de compromisso com o bem-estar na cidade, com a qual o poder público municipal deve estar comprometido. Animais abandonados pelas ruas de Gravataí podem facilmente adquirir e transmitir doenças - fruto da absoluta falta de cuidados a que estão submetidos. É preciso caminhar no sentido de dotar os órgãos responsáveis de melhor estrutura, fiscais e técnicos. O apoio às ONGs, associações e cuidadores que atuam na proteção aos animais também passa pela interlocução direta do governo com estes movimentos: elaborar políticas públicas, fiscalizar e auxiliar as ações da prefeitura nesta área.

- a) **Ampliar os atendimentos ocorridos no Canil Municipal**, promovendo a prevenção de zoonoses, castrações e consultas.
- b) **Fomentar a parceria com as ONGs**, para a identificação e o monitoramento da população animal de rua.
- c) **Promoção de feiras de adoção responsável**.

16. POR UMA MOBILIDADE MAIS HUMANA

A cada dia a crise da mobilidade urbana se aprofunda em Gravataí. A política de estímulo ao uso do automóvel individual provoca longos engarrafamentos, agravados pelo sucateamento do transporte coletivo e pela ausência de integração dos poucos modais disponíveis. É preciso rever este modelo de mobilidade. A nossa proposta é desenvolver o conceito de Mobilidade Humana, ou seja, a mobilidade urbana voltada para as pessoas. É entender que uma cidade é, primeiramente, feita por pessoas e deve ser, antes de tudo, feita para pessoas. É a garantia de que todos têm a possibilidade de chegar facilmente aonde quiserem. É a construção de cidades que harmonizam seres humanos com meio ambiente, além de serem cidades que facilitam acesso a informação e conhecimento para todos. É uma mudança de enfoque: passa-se a enxergar as pessoas e os cidadãos reais, com suas características e eventuais deficiências, inseridos nas cidades existentes. Para além disso, ainda, não temos como debater mobilidade em Gravataí sem nos atermos à questão do transporte público, historicamente alvo de críticas à forma como é gerenciado e pelas relações espúrias das diferentes administrações com a empresa que detém a concessão do serviço.

a) **Melhoria no transporte público de Gravataí.** Revisão/auditoria do contrato com a empresa detentora da concessão, buscando mecanismos legais para reavaliar a licitação do transporte coletivo. Fiscalização rigorosa por parte da gestão municipal sobre a empresa que tem a concessão sobre o transporte. Ônibus no horário e com conforto para os passageiros. Fiscalização dos horários e lotação máxima nos ônibus. Exigência de número suficiente de ônibus para cumprimento dos horários sem pressão e sobrecarga aos motoristas. Melhoria da fiscalização do sistema de táxi, com a criação de um aplicativo da prefeitura que possibilite a avaliação do usuário, a exemplo dos modelos privados que já existem.

b) **Instituição de um Conselho de Usuários do Transporte Coletivo.** Um espaço democrático onde os cidadãos gravataienses definirão representantes que atuarão no sentido de fiscalizar, exigir e propor melhorias no transporte

coletivo da cidade.

c) **Instituir e facilitar mecanismos de transporte multi modal** exigindo a instalação de racks nos ônibus e táxis para o transporte de bicicletas, instalação de paraciclos e bicicletários junto aos pontos de ônibus, praças e/ou espaços públicos. Abrir novos estacionamentos públicos, com preços mais acessíveis, e estudar a proibição de estacionamento em vias de grande fluxo, dando prioridade a outros modais além do carro nestas vias.

d) **Criar um Fundo Municipal do Passe Livre** para financiar a isenção de tarifas de ônibus para a população mais necessitada. Os recursos virão de parte dos valores das multas de trânsito, do caixa da prefeitura, da cota do município sobre o IPVA e da locação de espaço publicitário nas paradas e corredores de ônibus.

e) **Criação de um Plano Diretor Cicloviário**, com planejamento e construção de novas ciclovias e ciclofaixas em regiões definidas em conjunto com movimentos cicloativistas.

RENATO LINCK DE SOUZA
Presidente Municipal do PSOL Gravataí

TAMIRES PAVEGLIO
Candidata a Prefeita

ALAN CAMARGO
Candidato a Vice-Prefeito